QUADRO 1. - Preços Reais de Garantia de Compra de Café Tipo 6, Instituto Brasileiro do Café, 1970-80(1)
(em Cr$/sc.60kg)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ano</th>
<th>Preço real de garantia</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1970</td>
<td>681,02</td>
</tr>
<tr>
<td>1971</td>
<td>721,74</td>
</tr>
<tr>
<td>1972</td>
<td>773,21</td>
</tr>
<tr>
<td>1973</td>
<td>827,81</td>
</tr>
<tr>
<td>1974</td>
<td>876,08</td>
</tr>
<tr>
<td>1975</td>
<td>1.074,94</td>
</tr>
<tr>
<td>1976</td>
<td>1.159,06</td>
</tr>
<tr>
<td>1977</td>
<td>1.450,00</td>
</tr>
<tr>
<td>1978</td>
<td>1.712,33</td>
</tr>
<tr>
<td>1979</td>
<td>1.350,51</td>
</tr>
<tr>
<td>1980</td>
<td>1.185,19</td>
</tr>
</tbody>
</table>


da produção, os aumentos nos preços de garantia foram se reduzindo.

O consumo interno de café foi incentivado nos anos de dificuldades de exportação e desestimulado nos anos em que se precisava assegurar o abastecimento externo, comportando-se como um mercado residual.

Dentro da ampla literatura ligada ao tema, não há grande número de trabalhos que tratam especificamente do consumo interno, de café no período recente. A maior parte dos estudos existentes aborda a política cafeira e/ou a tentativa de encontrar a fórmula "ideal" de compatibilizar dois objetivos considerados conflitantes: maximização da receita de divisas "versus" manutenção do "share" no mercado internacional.

Outros pesquisadores se dedicaram à análise da produção de café, como GUARNIERI (14) que estudou alguns aspectos do planejamento na cafeicultura e MATSUNAGA (19) que abordou aspectos da tecnologia na produção de café.

O objetivo desse trabalho é analisar o consumo interno de café, mais especificamente:
- descrever a evolução do consumo interno de café;
- determinar uma função de demanda para o café no Brasil;
- estimar a sensibilidade da demanda de café às variações de preços bem como das políticas destinadas ao setor.

2 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

Uma das consequências da política valorizacionista do café, dos anos 50, foi a elevação da produção a níveis indesejáveis, exigindo substanciais recursos do Governo, para a compra e manutenção dos excedentes de produção, o que impunha um fator expansivo sobre os meios de pagamento.

Para não se repetirem as grandes queimas de café praticadas na década de 30, iniciou-se, em fins de 1958, através da resolução 126 do Instituto Brasileiro do Café (IBC), a "Campanha de Aumento do Consumo Interno de Café", dando desconto especial às torrefações e moagens paulistas, na compra de café cru(3).

Essa campanha tinha, entre outros objetivos, os de incrementar o consumo brasileiro de café, dar vazão aos volumosos excedentes de safras em mãos do Governo, possibilitar ao consumidor preços reduzidos e melhorar a qualidade consumida.

Ao IBC, foi atribuído o monopólio do fornecimento de café às indústrias de torrefação e moagem, de forma que essas tivessem uma cota de matéria-prima a preço altamente inferior ao praticado no mercado. Os preços de venda, no atacado e no varejo, do café torrado e molido – café regular – eram controlados pelo Governo, através de tabelamento.

(3) De 1932 a 1946 foram queimadas cerca de 80 milhões de sacas de cafés dos estoques oficiais brasileiros.